

TÍTULO DO PROJETO:

TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO E O USO DE MULTIMÍDIAS NO DEBATE SOBRE INCLUSÃO

CATEGORIA (MARCAR APENAS UMA):

- Ciências Agrárias
- Ciências Biológicas
- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Humanas
- Ciências da Saúde
- Ciências Sociais Aplicadas
- Engenharia

RESUMO:

A pessoa com deficiência tem vivenciado em muitos espaços um contexto de falta de acessibilidade em diferentes dimensões. Entende-se que discutir a temática com adolescentes é de extrema importância, principalmente quando se visa, em seu contexto formativo, sua futura atuação no mundo do trabalho e as possibilidades de mudança de contexto. Sabe-se que os recursos midiáticos e os influenciadores digitais podem ser fortes aliados na construção de aulas atrativas para adolescentes, pensando que esse conteúdo é consumo por eles no cotidiano e que seria interessante trazer para o diálogo, em um processo de ensino. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o uso de tecnologias de multimídia relacionadas com o tema inclusão no ensino médio integrado. Especificamente: (a) Mapear influenciadores digitais com deficiência que tragam a discussão sobre a acessibilidade; (b) Elaborar e analisar planos de aulas que utilizem recursos midiáticos de pessoas com deficiência que discutam o tema acessibilidade. O estudo acontecerá em duas etapas: Etapa 01- mapeamento e categorização dos conteúdos dos influenciadores digitais e Etapa 02: elaboração e análise de planos de aula tendo como base esses conteúdos de mídia.

PALAVRAS-CHAVE:

Pessoa com deficiência; Mídia; plano de aula; influenciador digital

PLANO DE PESQUISA

O PLANO DE PESQUISA É O PLANEJAMENTO INICIAL DO QUE SERÁ EXECUTADO EM SUA PESQUISA. ELE É NECESSARIAMENTE UM DOCUMENTO ESCRITO E QUE SERVIRÁ COMO UM DIRECIONADOR PARA AS SUAS ATIVIDADES. O PLANO DEVE CONTER O OBJETIVO OU HIPÓTESE DA PESQUISA E OS MÉTODOS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA SE ALCANÇAR ESSES OBJETIVOS.

INTRODUÇÃO:

Nesta era digital pode-se apropriar da informação de maneira rápida e eficaz. As tecnologias de multimídia estão integradas, não somente ao cotidiano da sociedade, mas também constitui agora, o modo de estruturar a educação escolar e as práticas pedagógicas.

O foco deste controverso debate se transformou, e o que antes se caracterizava por uma antipatia a tal modernização, atualmente se configura em uma discussão de como aperfeiçoar a utilização deste recurso em sala de aula, e de fazê-lo contribuir com a metodologia proposta, pois é fato, que desligadas de um projeto pedagógico, na escola, deixam de ser um instrumento de ensino. Segundo Silva (2011, p. 529), as novas tecnologias digitais da informação e da comunicação, têm produzido uma série de mudanças tanto na natureza do letramento, quanto na comunicação na sociedade contemporânea. Tais mudanças nos processos educacionais são praticamente naturais, e devem ser apropriadas, para que sejam benéficas no ensino e aprendizagem, pois:

.a intensa interação que as crianças mantêm com os ambientes tecnológicos atuais gera outras formas de auto experiência, que lhes permitem diferentes formas de subjetivação, expressas, entre outras coisas, em temporalidades e narratividades que justificam a necessidade de atualizar as questões para sua educabilidade como sujeitos. (CABANZO, 2013, p. 54)

A tecnologia está presente também ao longo de nossa Base Nacional Comum Curricular (2017) e se mostra desde as competências gerais até as habilidades e objetivos específicos ao que diz respeito à aprendizagem e desenvolvimento na Educação Básica. O documento considera que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas e é uma fonte que pode estimular a curiosidade e a formulação de perguntas no universo infanto-juvenil. Em suas competências gerais, a BNCC prevê que os alunos devem “compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares)” (BRASIL, 2017, p. 9).

A proposta desse projeto nasceu a partir da pesquisa realizada por (retirado para manter o anonimato) intitulada (retirado para manter o anonimato) na especialização em Educação- IFSP- São Carlos, sobre minha orientação. As reflexões trazidas na escrita do artigo enviado para avaliação em periódico científico demonstram a potencialidade do uso de recursos de vídeo na educação, assim como as lacunas do uso no planejamento. Apesar da pesquisa ser educação infantil, as reflexões trouxeram a lacuna de como esse recurso poderia ser usado na discussão sobre construção social da deficiência, especificamente para estudantes do ensino médio.

Desde 1990 o Brasil, influenciado por movimentos mundiais a favor da inclusão, adotou diretrizes para que atendessem as cobranças sociais pela garantia de direitos

das pessoas com deficiência. Em 1994, na Declaração de Salamanca, os governos de diversos países são chamados a passarem por restauração no sistema de ensino para que incluam todos os alunos independentes de suas condições, sejam elas físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou quaisquer outras, incluindo também aqueles que vivem em condições de exclusão:

[...] crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (BRASIL, 1994, p. 3).

Nesse movimento de reestruturação de uma educação inclusiva, no ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) propõe assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos sistemas regulares de ensino, sendo esses considerados como Público Alvo da Educação Especial (PAEE) no Brasil. No presente documento, segundo Bueno e Meletti (2011) a Educação Especial é vista como agregada à proposta pedagógica da escola regular e a pessoa com deficiência é entendida então, como aquela que têm impedimentos de longo prazo, sendo estes: físico, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, pode ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e/ou na sociedade.

Com a prática desta perspectiva educacional nos sistemas regulares de ensino, o percentual de matrículas de alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento aumentaram consideravelmente no decorrer dos anos. Dados oficiais (BRASIL, 2003) apontavam que no período de 1996 a 2003 houve um crescimento de matrículas de 242% para estudantes superdotados/com altas habilidades, 210% para alunos com deficiência física, 200% para alunos com deficiência visual, 165% para alunos com deficiência múltipla, 108% para alunos com deficiência intelectual, 83,2% para alunos com deficiência auditiva e de 77% para estudantes com as condutas típicas de síndromes.

Com esse aumento no número de matrículas, a educação regular demanda transformar-se para atender as necessidades desse público que, até então, em sua grande parte, não frequentavam a escola comum. Diante disso, a proposta de uma perspectiva inclusiva para educação nacional tem gerado diversos movimentos em busca de métodos e estratégias para garantir a permanência, e direito a aprendizagem dos alunos PAEE. No âmbito da especificidade da Educação Especial, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva - PNEE (BRASIL, 2008), considera essa como

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.11).

Por sua vez, a educação inclusiva

[...] é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos (RODRIGUES; MARANHE, 2010, p.46).

A Lei nº 13.146 de 2015, denominada como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a popular Lei da Inclusão, aborda em seu art. 1º que o principal objetivo que é “assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à inclusão social e a cidadania” (BRASIL, 2015, Art. 1).

Ainda, segundo essa lei, a educação é um direito de inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento; XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar; XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino; BRASIL, 2015, Art. 28).

Considerando a educação especial como uma modalidade que deve estar presente em todo nível de ensino em que haja alunos PAEE, os Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (IF) que atendem alunos de ensino médio, pensam em educação inclusiva como algo muito mais amplo, o qual contemplam além de alunos PAEE, alunos com: “distúrbios de aprendizagem, transtornos (globais do desenvolvimento e psiquiátricos) e anciãos em situação de vulnerabilidade educacional” (NASCIMENTO; PORTES, 2016, p. 83). De acordo com Mendes (2006), a ideia dessa “ampliação” do público atendido na rede federal pode ser notada inclusive, pela opção em denominar os núcleos de acessibilidade previstos no Decreto 7.611/2011, como o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específica (NAPNE), que coordena ações inclusivas e busca promover o ingresso, permanência e êxito dos estudantes PAEE, envolvendo a construção de um cultura convivência, respeito à diversidades, eliminação de barreiras educacionais e atitudinais para assim resultar na inclusão social e educacional dos estudantes.

Diante desta realidade fica evidente a relevância de estudos voltados ao processo de inclusão dos alunos PAEE nos IFs, assim como questões quanto ao planejamento do ensino, acessibilidade e permanência. Levando em conta que todo ensino formal é mediado por um instrumento, quer seja o livro, a lousa ou recursos midiáticos, é fundamental que haja responsabilidade e planejamento prévio no processo de escolha das atividades, pois no momento de sua execução, o estudante poderá interagir com o mundo em que vive e assim se dará sua relação com o mesmo.

OBJETIVOS:

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o uso de tecnologias de multimídia relacionadas com o tema inclusão no ensino médio integrado. Especificamente: (a) Mapear influenciadores digitais com deficiência que tragam a discussão sobre a acessibilidade e analisar com base na discussão sobre acessibilidade; (b) Elaborar e analisar as possibilidades do uso de influenciadores digitais na elaboração de planos de aulas que utilizem recursos midiáticos produzidos por pessoas com deficiência que discutam o tema acessibilidade.

METODOLOGIA:

Uma abordagem qualitativa não impõe uma estrutura rigorosa e permite que o investigador a conduza e explore diversos aspectos de modo flexível, embora demande procedimentos bem definidos. Os documentos observados são uma fonte rica de dados, ainda mais os que ainda não receberam um tratamento analítico orientado por hipóteses e referenciais teóricos.

A metodologia e o discurso em que se embasa uma pesquisa são responsáveis por seu desenvolvimento e resultados. Esta análise exploratória foi construída a partir de um material já elaborado, visando trazer uma interpretação acerca de um tema pouco explorado. Gil (2002, p. 41) nos diz que pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Concluir um trabalho nesta categoria é uma tarefa capaz de impulsionar o aprendizado e fortalecimento da temática que se estuda. É fundamental a exposição dos materiais e métodos que incorporaram sua execução, com atenção para as fontes, de modo que fiquem claros quais vieses administraram o processo de coleta e escrita do que foi proposto.

Etapa 01- Mapear influenciadores digitais com deficiência que tragam a discussão sobre a acessibilidade;

Primeiramente, será necessário realizar uma busca junto a Plataforma Youtube, com o intuito de levantar influenciadores digitais com Deficiência que discutam ou abordem temas relacionadas a acessibilidade (ou a falta dela). O canal midiático escolhido foi o youtube, por ser um recurso de livre acesso, sem necessidade de cadastro para uso, o que isenta uma liberação ética para o uso. Os dados dos canais que possuem relatos de pessoas com deficiência serão categorizados da seguinte forma:

Nome do canal

Link para página

Deficiência

Vídeos mais acessados

Após essa tabulação inicial, serão relacionados 10 canais com mais inscritos, pensando na sua amplitude em relação a população. Os canais precisam abordar os temas dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2009), quais sejam: (a) Arquitetônica: sem barreiras físicas; (b) Comunicacional: sem barreiras na comunicação entre pessoas; (c) Instrumental: sem barreiras nos instrumentos, ferramentas, utensílios; (d) Metodológica: sem barreiras em métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação; (e) Programática: sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas; (f) Atitudinal: sem preconceitos, estereótipos.

estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que deficiência.

Serão selecionados vídeos postados nos últimos 2 anos, com o máximo de 50 vídeos analisados por influenciador digital.

Etapa 02-Elaborar e analisar planos de aulas que utilizem recursos midiáticos de pessoas com deficiência que discutam o tema acessibilidade.

Após essa categorização inicial, serão transcritos trechos significativos dos vídeos elaboradas 10 atividades, que tomem como base o conteúdo da etapa 01. Essas atividades serão avaliadas por 10 educadores cada, em formulário posteriormente elaborado em formato digital (google formulário), com o objetivo de avaliar a viabilidade pedagógica para estudantes do ensino médio na discussão sobre o contexto de inclusão.

Para realização dessa o projeto possui a aprovação no Comitê de Ética do IFSP.

Análise de dados

As categorias da etapa 1 e da etapa 2 serão analisadas com base em Sasaki (2009), LBI (2010) e artigos que abordem a concepção social da pessoa com deficiência. Especificamente na etapa 2 os dados serão analisados também tendo como base inicial a discussão sobre plano e planejamento da por Vasconcelos (1996), Padilha (2001), Dalmás (2008), Baffi (2002), Fusari (1989, 1991), Tesi (2003), Libâneo (1994), Madalena Freire (2008).

CRONOGRAMA:

Ano 2021

Março	Atividade 01 Levantamento de youtubers com deficiência mais relevantes (Apêndice 02)
Abril-junho	Atividade 02 Organização dos dados dos canais do youtube (Apêndice 03)
Maió-junho	Atividade 03 Informações sobre os canais do youtube
Junho	Atividade 04 Artigos sobre capacitismo (Apendice 01)
Agosto/outubro	Etapa 02- Elaborar planos de aulas que utilizem recursos midiáticos de pessoas com deficiência que discutam o tema acessibilidade.
Novembro / Dezembro	Etapa 03- Analisar planos de aulas que utilizem recursos midiáticos de pessoas com deficiência que discutam o tema acessibilidade.

RESULTADOS ESPERADOS:

Espera-se que esse estudo possibilite a criação de um banco de planos de aula sobre o tema acessibilidade da pessoa com deficiência, que pode ser utilizado em atividades de ensino e extensão.

RESULTADOS OBTIDOS

Nesses meses de projeto, foram realizadas as atividades da Etapa 01.

Etapa 01- Mapear influenciadores digitais com deficiência que tragam a discussão sobre a acessibilidade;

Foi realizado a busca na Plataforma Youtube, com o intuito de levantar influenciadores digitais com Deficiência que discutiam ou abordavam temas relacionadas a acessibilidade (ou a falta dela). O canal midiático escolhido foi o youtube, por ser um recurso de livre acesso, sem necessidade de cadastro para uso, o que isenta uma liberação ética para o uso.

<p>Atividade 01 Levantamento de youtubers com deficiência mais relevantes (Apêndice 02)</p>	<p>A bolsista, com apoio da orientadora, utilizou o buscador do youtube para buscar “pessoas com deficiência” e “capacitismo”. Foram eliminadas da busca vídeos institucionais e educacionais, originando uma lista de pessoas com deficiência que falaram sobre diferentes temas, entre eles o capacitismo. Além da busca no youtube, foram utilizados youtubers que se encontraram na lista criada pelo site da Revista Galileu https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2017/11/12-canal-do-youtube-que-mostram-vida-de-pessoas-com-deficiencia.html</p>
<p>Atividade 02 Organização dos dados dos canais do youtube (Apêndice 03)</p>	<p>Os canais do youtube foram visitados e organizados com os seguintes dados iniciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nome do Canal • Número de inscritos • (junho 2021) • Data de criação do Canal • Descrição • Visualizações <p>A lista foi alimentada até a data de envio do relatório</p>
<p>Atividade 03 Informações sobre os canais do youtube</p>	<p>Alguns dados foram tabulados de 5 vídeos mais acessados do canal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nome do vídeo (5 mais populares) • Descrição pelo criador do vídeo • Sobre o que o vídeo fala? Qual o tema do vídeo? (Análise Carol) • Digite um trecho do vídeo que achar interessante • Endereço vídeo • Visualizações e data de envio <p>Alguns dados ainda não foram finalizados por falta de tempo, que são “Sobre o que o vídeo fala? Qual o tema do vídeo? (Análise Carol) e Digite um trecho do vídeo que achar interessantes. Essas informações serão preenchidas até a aprovação do comitê de ética, na etapa 02 do projeto.</p>
<p>Atividade 04 Artigos sobre capacitismo (Apendice 01)</p>	<p>A bolsista, com apoio da orientadora, buscou na lista de artigos do Scielo artigos que tiverem nas palavras chave ou título “capacitismo”. Os nomes dos artigos foram organizados, assim como os links para leitura posterior</p>

Após essa tabulação inicial que está em fase de finalização, serão relacionados 10 canais com mais inscritos, pensando na sua amplitude em relação a população. Os canais precisam

abordam os temas dimensões de acessibilidade propostas por Sassaki (2009), quais sejam: (a) Arquitetônica: sem barreiras físicas; (b) Comunicacional: sem barreiras na comunicação entre pessoas; (c) Instrumental: sem barreiras nos instrumentos, ferramentas, utensílios; (d) Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação; (e) Programática: sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas; (f) Atitudinal: sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência.

Serão selecionados vídeos postados nos últimos 2 anos, com o máximo de 50 vídeos analisados por influenciador digital para etapa 02.

Essa etapa será realizada em parceria da pesquisa de iniciação científica, em parceria com estudante do curso de “ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE – EDU”, que fará a análise aprofundada desses dados com base teórica. A bolsista de IC participará ativamente de todo processo.

Avaliação da Bolsista sobre o que foi aprendido: eu aprendi a me organizar melhor e conhecer coisas novas relacionado a acessibilidade, e percebi que a maioria das vezes as pessoas com deficiência não são tão valorizadas quanto deveria. Por exemplo, eu vi um vídeo da moça pitando a unha com um braço só, raramente a gente vê, gente pintando a unha com um braço só, não só pintando a unha, fazendo outras coisas com um braço por exemplo. E na minha opinião, eu acho que as pessoas com alguma deficiência, deveriam ser mais respeitadas e valorizadas. Vou dar um exemplo na minha outra escola tinha um menino que ele era autista e as pessoas ficavam irritando-o ele só porque ele tinha uma deficiência, ficavam zoando ele e lá não tinha só ele com deficiência, tinha gente cadeirante. A coordenação e o socio pedagógico da escola chamou todo mundo para conversar, para falar que o menino tinha autismo e tals, que a gente precisa respeitar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARNAL, J., LATORRE, A. **Investigación educativa.** Metodologías de investigación educativa. Barcelona: Labor, 1992.

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. **O planejamento em educação:** revisando conceitos para mudar concepções e práticas. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em Foco*, Petrópolis, 2002. Disponível em: <<https://www.pedagogiaemfoco.pro/br/fundam02.htm>>. Acesso em: 18 junho de 2020.

BRASIL. **Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em Acesso em 15 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, SEB, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial:** livro 1/MEC/SEESP- Brasília: a Secretaria, 1994. 66f.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CABANZO, Ana Brizet Ramirez. **Infancias, nuevos repertorios tecnológicos y formación.** Signo pensam., Bogotá, v. 32, n 63, p. 62-68, Dez. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-48232013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Abr. 2020.

DALMÁS, Ângelo. **Planejamento participativo na escola**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Madalena. **Educador**, educa a dor. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

FUSARI, J.C. **O planejamento do trabalho pedagógico**: algumas indagações e tentativas de respostas. FDE: Idéias, nº. 8, 1990.

FUSARI, J.C. **O planejamento da educação escolar**: subsídios para ação-reflexão-ação. São Paulo, SE/COGESP, 1989.

GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas**. In: GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4a ed. São Paulo: Atlas; 2002. p. 41-57.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. – São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Telma C. S. de; MIOTO, Regina C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 10, n. spe., p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Mar. 2020.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

MARQUES, C. L. **Educação Profissional**: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília. Dissertação (Mestrado). UnB/FE/Programa de Pós-Graduação em Educação, Brasília: 2014.

MENDES, K. A. M. de O. **Educação especial inclusiva nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia brasileiros**. Tese (Doutorado) -Defesa – 2017. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RODRIGUES, O. M. P. R.; MARANHE, E. A. **A história da inclusão social e educacional da pessoa com deficiência**. In: CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da Educação Inclusiva. São Paulo: MEC, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, Ângela Carrancho da. **Educação e tecnologia: entre o discurso e a prática**. Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 527-554, Set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 Mar. 2020.

SILVEIRA, Kelly Ambrosio; ENUMO, Sônia Regina Fiorim; ROSA, Edinete Maria. **Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo**: uma revisão de literatura. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 18, n. 4, p.

695-708, Dez. 2012 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382012000400011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 29 set. 2018.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382012000400011>.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Os Desafios da Indisciplina em Sala de Aula e na Escola**. 1996.